**DE CAPITAL DE PROVÍNCIA A CAPITAL DE ESTADO: DESTERRO NO PRIMEIRO SÉCULO PÓS-INDEPENDÊNCIA**

Hoyêdo Nunes Lins. UFSC. [hoyedo.lins@ufsc.br](mailto:hoyedo.lins@ufsc.br)

Área temática 4: História econômica e social.

**RESUMO**

Concebido no contexto das comemorações, em 2022, do Bicentenário da Independência do Brasil, o presente artigo objetiva discutir alguns dos principais processos econômicos e políticos que marcaram a capital de Santa Catarina e seu entorno a partir da emancipação do país. Sua base é pesquisa bibliográfica e documental, junto a fontes históricas como pronunciamentos de autoridades provinciais. O período de observação se estende da Independência ao advento da República, perpassando a pesquisa o interesse em salientar as transformações no espaço local em trajetória que, especialmente na segunda metade do século XIX, permitiria pensar em “aceleração do tempo”. O início é uma breve caracterização da capital catarinense e do seu entorno no período da Independência, realçando o caráter rarefeito e disperso da presença humana. Depois comentam-se os primeiros passos pós-Independência, destacando desafios exigentes de providências sobre as precárias infraestruturas provinciais. No mesmo sentido, assinala-se na seção seguinte que as carências sobretudo econômicas motivaram especial atenção governamental ao acolhimento de imigrantes europeus aptos a robustecer a capacidade produtiva e promover a colonização do território. Em seguida considera-se a dinâmica demográfica, sublinhando a presença de escravos. Na sequência, em seção amplamente baseada em documentos oficiais da Província, fala-se das transformações no espaço construído da capital (envolvendo infraestruturas diversas) e das intervenções públicas mais abrangentes em termos de comunicações e transportes (estradas). No último segmento antes das considerações finais, olha-se para a abordada trajetória de intensificação das mudanças sobretudo urbanas pensando em termos de “aceleração do tempo”, enquadramento também dispensado aos vertiginosos processos locais que se seguiram à Proclamação da República.

**Palavras-chave:** Santa Catarina; Pós-Independência; Mudanças socioespaciais.

**1 INTRODUÇÃO**

Não é raro as efemérides estimularem aventuras literárias, de perfil acadêmico ou não. Quando as celebrações exibem um significado particular, a sedução costuma ser quase irresistível. A complementação em 2022 de dois séculos da Independência do Brasil constitui, por quaisquer ângulos, um importante acontecimento. A ocorrência merece todas os festejos e homenagens possíveis, valendo esperar que as comemorações ajudem a ampliar o interesse das novas gerações pelo estudo da história do país.

O presente texto representa manifestação do estímulo provocado por esse bicentenário no sentido indicado. O estilo é ensaístico e, como sugerido sobre o que as efemérides costumam suscitar, a índole é aventureira, pois não deixa de constituir ousadia a intenção de encapsular numerosas décadas em poucas páginas. Não atenua esse aspecto o fato de se dirigir a atenção somente à parte do bicentenário situada no século XIX e de se focalizar uma área específica: a capital do que durante grande parte daquele período foi a Província de Santa Catarina e sua área de influência mais imediata, grosso modo formada pelos atuais municípios de São José, Biguaçu e Palhoça.

O objetivo do artigo é apontar e discutir os principais processos e situações que marcaram esse espaço entre a Independência e os anos imediatamente posteriores à Proclamação da República no país. Os planos perscrutados envolvem economia e política, e a ênfase incide na progressiva mudança de um espaço cuja ocupação, no momento da Independência, era bastante rarefeita, as condições terrestres de comunicação e transporte apresentando-se tremendamente precárias. A base é pesquisa documental e bibliográfica, com exploração de fontes históricas principalmente de caráter institucional. Algum material iconográfico é igualmente utilizado, objetivando-se proporcionar ilustração.

O artigo tem seis seções, além desta introdução e das considerações finais. Na próxima há uma breve tipificação da capital catarinense e do seu entorno no período da Independência, quanto à configuração socioespacial. Na seguinte fala-se das urgências e desafios do imediato pós-Independência, mormente em relação às carências de infraestrutura. Depois abordam-se os impulsos pró imigração com origem europeia ensejados pelas dificuldades da economia. Em seguida considera-se a dinâmica demográfica, notadamente com respeito à população escrava. Na penúltima seção examina-se o percurso de mudanças mormente urbanas ocorridas sobretudo na segunda metade do século XIX, até a Proclamação da República. Na última parte antes das considerações finais discorre-se sobre a trajetória cumprida explorando a ideia de “aceleração do tempo”.

**2 A CAPITAL CATARINENSE E SEU ENTORNO NA INDEPENDÊNCIA**

A vila de Nossa Senhora do Desterro, instituída em 1726 sobre as bases, pode-se dizer, de uma malograda tentativa de colonização na Ilha de Santa Catarina em meados do século XVII, exibia no período da Independência – ombreada por suas adjacências inclusive continentais – poucas mudanças de configuração espacial frente ao passado mesmo remoto. A área fora objeto de importantes ações do governo português no século XVIII, destacando-se a construção de um amplo sistema de defesa na Ilha, com fortalezas de diferentes tamanhos e aumento dos contingentes militares, e a organização de fluxo migratório que representou a instalação de milhares de famílias açorianas e madeirenses.

Os dois processos repercutiram na pulsação da vida local, notadamente na referida vila, onde se desenrolavam as funções administrativas da então Capitania de Santa Catarina (criada em 1738). Os colonos vindos do Atlântico Norte foram distribuídos na Ilha e no continente, do que resultaram freguesias, uma antiga divisão espacial e administrativa portuguesa. Nesse contexto, em que a pesca era atividade cotidiana em diversas localidades litorâneas, a agricultura foi impulsionada e a captura de baleias, realizada desde a primeira metade do século XVIII mormente para extração de óleo, ganhou vigor sob regime de concessão governamental. Escravos eram utilizados em todas essas práticas, em quantidades crescentes desde então.

A vila-capital apresentava-se em 1763, segundo o religioso francês Pernetty – autor de um dos relatos de viajantes sobre a área compilados em Ilha... (1979) –, com mais ou menos 150 casas, de ocupação dividida entre militares e civis, estes separados entre brancos e não brancos. As escassas habitações localizavam-se basicamente à beira-mar, como registrou La Pérouse em 1785, um cenário não muito diferente do enxergado por Frézier em 1712, ambos navegadores franceses. Em 1813, o estadunidense Porter observou que em alguns poucos locais as casas formavam círculos à beira mar, e aquelas contíguas ou próximas a áreas de cultivo eram geralmente habitadas por militares que trabalhavam a terra com escravos nos períodos sem exigências de funções de defesa ou segurança.

Pouco ou nada mudara inclusive quanto às dificuldades de deslocamentos terrestres, quer na Ilha ou no continente próximo, por conta das imposições de um relevo bastante íngreme e de uma cobertura vegetal muito cerrada. Daí que, quase às vésperas da Independência, o quadro assim se apresentava, nas palavras do comandante russo Golovnin, anotadas em 1808: na Ilha e no continente fronteiro,

[...] ao longo de todas as costas estão disseminadas várias casas a certa distância uma da outra; no interior [...] não há nenhuma povoação perto. As montanhas e vastas matas virgens intransitáveis [...] impedem as comunicações para o interior. [...] [T]odas as comunicações entre povoações próximas ou distantes se fazem pela água. Mesmo os vizinhos que moram nas costas dessa baía, a uma distância de meio quilômetro, usam canoas [...] para fazer visitas uns aos outros. [...] Até o correio é mandado por mar. (ILHA..., 1979, p. 216).

No começo do ano anterior ao da Independência, o Estado português transformou as capitanias em províncias, condição mantida pelo Império brasileiro. Assim, foi na condição de província imperial que Santa Catarina atravessou as décadas seguintes até a Proclamação da República, em 1889, quando se tornou estado, unidade federativa ao lado do Distrito Federal e do município (também havia territórios da União, mas estes não eram entes políticos).

A rotina institucional nas décadas pós-Independência não deixava de ressoar fortemente os acontecimentos na capital do Império, do que não era aspecto menor o fato de a presidência provincial ser definida naquele plano. Aliás, um traço do cotidiano político e administrativo em Santa Catarina nessas décadas era o expressivo número de gestões curtas, em alguns casos de somente poucos meses (com presidentes cedendo a função a seus vices). Tal situação afetava a continuidade das ações públicas e seus resultados, já que, enviados pelo governo central, vários desses administradores não só permaneciam pouco tempo, como deixavam a desejar em termos de gestão. Assim, não causa espécie que somente uma ou outra presidência tenha exibido realizações dignas de destaque, de acordo com Boiteux (1920).

**3 PRIMEIROS PASSOS PÓS-INDEPENDÊNCIA: URGÊNCIAS E DESAFIOS**

Devido às circunstâncias, não se soube logo na Província de Santa Catarina que o brado da emancipação do Brasil havia sido lançado. Segundo Cabral (2011, p. 20), “A notícia da independência só chegou em fins de setembro e a 1° de outubro a Câmara tomou as providências para que também aqui fosse aclamado, no dia 12, o Imperador.” Informada, a população expressou contentamento que embutia profundas críticas ao jugo metropolitano longamente protagonizado. O comandante francês Duperrey, que desembarcou na Ilha em 16 de outubro de 1822, captou a atmosfera em Desterro: “[...] preferimos morrer a sermos recolonizados [...]” (ILHA..., 1979, p. 270), foi exclamação ouvida pelo navegador.

Nos primeiros passos de vida independente, o governo brasileiro elevou a capital da Província à condição de cidade. A administração foi assumida por uma junta provisória, e grande parte das suas atenções nas décadas seguintes voltou-se às medidas sobre as sucessivas chegadas de imigrantes com origem europeia (sobretudo germânica e depois italiana).

Esses fluxos refletiam decisões do governo central com respeito à colonização e ao fortalecimento da economia em diversas províncias do Brasil, notadamente na sua porção mais meridional. Nesse contexto, Santa Catarina assistiu à criação de várias colônias, em diferentes regiões do seu território. Por exemplo, relativamente próxima à capital, surgiu em 1828 a Colônia de São Pedro de Alcântara, com famílias e soldados vindos da Alemanha; doze anos mais tarde essa colônia seria transformada em freguesia. Uma sequência de ações do gênero vincaria o espaço catarinense desde então.

Nesse período, assinale-se, mais uma freguesia foi criada na Ilha de Santa Catarina: a de São João Batista do Rio Vermelho, em 1831, que se somou àquelas surgidas no século anterior. No continente, as áreas dos atuais municípios de Palhoça e Biguaçu já registravam freguesias na Enseada de Brito e em São Miguel, respectivamente.

A faina oficial registraria a instalação da Assembleia Provincial somente em março de 1835, quase treze anos depois da Independência, com a eleição e posse de quinze deputados. A atuação dos parlamentares, cabe frisar, foi marcada desde o início pelas exigências de conjunturas consideravelmente problemáticas.

Os desafios ligados à Revolução Farroupilha – ocorrida entre 1835 e 1845, opondo revoltosos rio-grandenses e o governo imperial – não representaram pouca inquietação e escassa urgência de decisões estratégicas. O motivo não era fortuito, pois Santa Catarina foi implicada, com lutas no litoral sul (em Laguna, que foi invadida pelos Farrapos em julho de 1839, e em Imbituba) e no planalto serrano (nas áreas de Lages e Curitibanos). Ilustra o entendimento das lideranças catarinenses sobre o assunto o discurso do presidente provincial na abertura do ano legislativo de 1837: “[...] a Provincia visinha se acha a braços com a mais desenfreada rebelião, e anarquia; em quanto se crusam alí as opiniões politicas, e resultam disso actos de nunca vista ferocidade [...]” (FALLA, 1837, p. 3). Nesse quadro, “[...] os Catharinenses [...] estremecem sim com a noticia dos horrores que tem apresentado a luta sanguinaria em que se acham envolvidos os Rio-grandenses [...]” (*Ibid*.).

O conflito, em especial a sua incidência no planalto serrano, influenciou decisões sobre prioridades nas infraestruturas. Goularti Filho (2013) sublinhou que a chamada Estrada do Litoral (de algum modo o berço de trecho da atual rodovia BR-101) canalizou as atenções locais desde os anos 1830. Mas a ligação entre Lages e São José, que fora objeto de debates a partir de meados do século XVIII, conforme Brito (1829), sobressaiu nas determinações, os ataques farroupilhas no planalto representando uma motivação central.

Em 1835, o presidente da província fundamentou o montante do orçamento para o caminho de São José a Lages, passando pelo Trombudo (no atual município de Bom Retiro), dizendo que “[...] quasi todo o gado que se consome na Ilha, e em grande ou maior parte da terra firme, nos vem por elle [...]” (FALLA, 1835, p. 3). Em 1837, afirmando que o Planalto catarinense acolhera pecuaristas em fuga do Rio Grande do Sul, o presidente ressaltou que “A Villa de Lages pela sua posição, e sobre tudo por estar hoje abundando em gados, [...] suprindo assim a falta dos que vinhão da Provincia de São Pedro, [...] he huma das mais importantes da Provincia [...] e por isso deve sugerir-vos todas as considerações, e o vosso patriotico desvelo pelo seu bem-estar.” (FALLA, 1837, p. 9). No ano seguinte, informou-se que, “Das Obras Publicas, a que especialmente está a cargo da Presidencia, he a Estrada de Lages pelo Trombudo; ella deve attrahir todos os disvellos da administração Provincial, pois [...] dá tranzito ao gado, que tem vindo abastecer esta Provincia, desde que a guerra civil devasta a desgraçada Provincia do Rio Grande de São Pedro [...].” (DISCURSO, 1838, p. 6).

Também os desdobramentos das referidas ações de colonização por imigrantes europeus eram assuntos com destaque na órbita institucional. Isso não deve surpreender, pois eram elevadas as expectativas locais sobre aquelas iniciativas.

**4 IMPULSOS DE COLONIZAÇÃO: CONTEXTO E ESPÍRITO GOVERNAMENTAL**

Na sessão que abriu a primeira legislatura da Província, em abril de 1836, o então presidente reconheceu que “[...] faltão-nos braços que fação valer este torrão precioso, ate agora em grande parte improductivo por inculto, e falta-nos também o soccorro das Artes para o uso e emprego de maquinas que ajudem e facilitem os trabalhos agrícolas.” (RELATORIO, 1836, p. 11). Nessa opinião, o problema exigia trazer forças do além-mar: “Estes braços, estes auxílios só nos podem vir da Europa, onde a população superabunda, e onde as Artes tem chegado ao maior apuro. Cumpre pois que por meio de Colonisações chamemos ao nosso País homens activos e industriosos [...].” (*Ibid.*).

Quase dez anos depois, fazendo um balanço entre os avanços e os problemas nessas experiências, o presidente indicou na sua Falla (1844, p. 25) que “Prosperam as Colonias estabelecidas na Provincia [...]”. Mas também frustrações foram registradas, certamente a maior delas provocada pela Colônia do Saí, criada em 1841 por franceses discípulos do socialista utópico Fourier em área do atual município de São Francisco do Sul. Crivada de dificuldades, como sugerido em S. Thiago (1995), a situação dessa colônia permitia ao presidente dizer que o experimento, “[...] sem estabelecimento algum, quer agrícola, quer industrial, toca a sua completa aniquilação [...].” (FALLA, 1844, p. 25).

O contexto quase imediato desses processos e inquietações incluía grandes carências e fragilidades econômicas, com seus reflexos. Baseado no que observou *in loco* em 1820, Saint-Hilaire (1936, p. 59) afirmou que “[...] a província é pobre. Os colonos que ali se estabeleceram em diferentes épocas não prosperavam [...].” Dias após a Independência, o já mencionado Duperrey encontrou na Ilha de Santa Catarina um precário quadro tanto em produção como em comércio; para piorar, negociantes do Desterro empenhavam-se, segundo o observador, “[...] em transferir seus fundos ao Rio de Janeiro, para maior segurança em face dos acontecimentos [...].” (ILHA, 1979, p. 268). O naturalista dessa expedição, Lesson, consignou que mesmo “A agricultura colonial está ainda por surgir na província de Santa Catarina; os habitantes não procuram aumentar suas colheitas, uma vez que nenhum mercado externo lhes propõe oferta.” (ILHA..., 1979, p. 291).

Os problemas vinham de longe. A proibição de manufaturas no Brasil, por Alvará da coroa portuguesa de janeiro de 1785 – abordado em Novais (1966) –, não deixara de repercutir em Santa Catarina. Tal situação, ao lado de outros aspectos da relação metrópole-colônia, teria levado Saint-Hilaire (1936, p. 59) a postular sobre Santa Catarina que “[...] a tyrannia do governo portuguez fora durante muito tempo um empecilho ao surto de qualquer iniciativa individual.” Duperrey, de sua parte, descrevendo as condições locais em 1822, notou que “[...] o governo português não tem em nada negligenciado para manter os brasileiros nos limites estreitos das necessidades naturais. Os objetos de luxo não tinham entrada em suas habitações [...]” (ILHA, 1979, p. 279). Não que nada fosse manufaturado, mas, por exemplo, panos de linho ou algodão saíam dos teares locais em quantidades “[...] apenas suficientes às necessidades dos habitantes.” (*Ibid*.).

A situação não melhorou nos anos posteriores à Independência. A chegada da corte portuguesa ao Brasil (janeiro de 1808) resultara em abertura dos portos da colônia às nações amigas, ação acompanhada por Alvará (de abril desse ano, revogando o de 1785) com benefícios tarifários que foram depois aprofundados em prol da Grã-Bretanha mediante o bilateral Tratado de Comércio e Navegação, assinado no começo de 1810. Grandes quantidades de produtos britânicos passaram a entrar ainda mais facilmente no Brasil, com agudos e prolongados reflexos nas atividades industriais da colônia, um quadro mantido após a Independência (LUZ, 1978).

A concorrência dos manufaturados britânicos ressoou fortemente em Santa Catarina. O presidente provincial frisou, no discurso de 1º de março de 1838 perante a Assembleia Legislativa, que a indústria de tecidos, outrora relativamente à altura das necessidades locais, encontrava-se em dramático declínio, pois “[...] não pode este genero concorrer com os tecidos estrangeiros, que [...] vem ao mercado por preços incomparavelmente inferiores.” (DISCURSO..., 1838, p. 16). Em outro discurso, dois anos mais tarde, os deputados ouviram que mesmo os “[...] grosseiros tecidos a que se davão as classes mais indigentes, não tem podido sustentar-se, e vão a se aniquilar de todo; porque a concorrência das fazendas estrangeiras a muito mais baixos preços, lhes dará o último garrote.” (DISCURSO..., 1840, p. 27).

A pesca da baleia entrara em persistente declínio havia décadas (ELLIS, 1972). Observações de navegadores que passaram pela Ilha de Santa Catarina entre o último quartel do século XVIII e o período da Independência não deixam dúvidas a respeito (ILHA, 1979). Tal processo há de ter agravado as adversidades locais, já que, como Langsdorff registrara em 1803, “[...] o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferece trabalho e sustento a algumas centenas de almas [...]” (ILHA..., 1979, p. 189). Sua forte redução, ligada, para Boiteux (1914), à intensa concorrência de baleeiros estrangeiros – tolerados no Brasil, segundo Ellis (1958) –, fez o presidente da Província consignar, em texto publicado no final dos anos 1820, que o negócio da extração de azeite de baleias “[...] acha-se hoje em grande decadência, e cedo o veremos totalmente extincto [...]” (BRITO, 1829, p. 65).

**5 NOTA SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA SALIENTANDO A ESCRAVIDÃO**

A imigração cevou a dinâmica demográfica da província. Não se cogita aqui estimar a contribuição, mas os fluxos hão de ter acelerado o crescimento populacional. Parte dessa população era escravizada, embora sua utilização econômica em Santa Catarina não exibisse a intensidade e abrangência observadas em outras regiões do Brasil, segundo Cardoso (1960a). De todo modo, a presença de cativos era assunto candente nos meios políticos e administrativos da província. Talvez seja melhor dizer que os progressivos entraves institucionais à utilização dessa força de trabalho provocavam discursos e debates nessas esferas, nutrindo argumentos favoráveis à promoção da imigração com origem na Europa.

De fato, em discursos proferidos perante a Assembleia Legislativa, os presidentes da Província, ao mesmo tempo em que demonstravam simpatia pela extinção do comércio transatlântico de africanos, exortavam os deputados a legislar em prol da colonização europeia para fortalecer a capacidade produtiva da economia. A preocupação com os reflexos econômicos do fim da entrada de novos escravos aparece, por exemplo, em Relatorio (1836) e em Falla (1837, 1841), e seu cenário era a proibição no Brasil do tráfico oriundo da África por conta do Tratado Anglo-Brasileiro, de 1826, e da Lei de 7 de Novembro de 1831 (BRASIL, 1831).

Os presidentes da Província sugeriam nos seus pronunciamentos que a proibição do tráfico atingiria as atividades locais pela provocada escassez de trabalhadores. Entretanto, o contingente escravo não se reduziu em Santa Catarina ao longo de grande parte do século XIX, conforme dados compilados por Silva (1951), que mostram estabilidade e mesmo alguma tendência de crescimento até meados da década de 1850 (Figura 1). É que, se o bloqueio do transporte desde a África produziu resultados – embora traficantes realizassem contrabando, como observou o suíço-alemão Seidler em passagem por Desterro em 1825 (ILHA..., 1979) –, o comércio interno continuou a abastecer diversas províncias, entre elas Santa Catarina. Declinou sensivelmente, todavia, a participação escrava na população total, o que se explica em grande parte pelo incremento demográfico caudatário dos fluxos migratórios europeus.

A Ilha de Santa Catarina concentrou a maior parte da população cativa da província por algum tempo. Apesar da provável precariedade dos dados, documento anexado à Falla do presidente provincial aos deputados em março de 1841 fornece uma ideia a respeito para o ano anterior (Tabela 1, com a grafia original). Mais de 1/3 de todos os escravos encontrava-se na Ilha e, desse contingente, a cidade de Desterro abrigava pouco menos da metade, seguida pelas freguesias de Lagoa da Conceição e Ribeirão como as mais representativas; Saint-Hilaire (1936) observou em 1820 que na segunda, cuja superfície implicava todo o sul da Ilha, essa presença refletia a existência de muitos engenhos de açúcar e de uma armação para pesca de baleias. Considerando também os números das freguesias de São José e São Miguel, atinge-se 63% do total de escravos da Província. Note-se que em Desterro e em São José a participação dos escravos na população era maior do que a média provincial: superava 1/5.

Figura 1: Província de Santa Catarina: população escrava e população livre (1819-1872)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de Silva (1951, p. 115-116), para o período 1819-1868, e de Brasil (1872), para o ano de 1872

Tabela 1: População e fogos (domicílios) nos municípios da Cidade (Ilha de Santa Catharina), São Joze e São Miguel, Laguna (anno civil de 1840)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Municípios | Districtos | População livre  total | População escrava total | Total  da  população | Fogos |
| Da Cidade (Ilha de Santa Catharina) | Cidade  Nª Sra. da Lapa do Ribeirão  Nª Sra. da Conceição da Lagoa  Nª Sra. das Necessid. de S. Antônio  São João Baptista do Rio Vermelho  São Fco. de Paula de Canasvieiras  Total | 5.248  1.571  3.558  2.091  948  1.616  15.032 | 1.930  563  677  418  403  345  4.336 | 7.178  2.134  4.235  2.509  1.351  1.961  19.368 | 1.256  334  404  412  190  334  2.930 |
| São Joze | Villa  Nª Sra. do Rozario da Ensead. de Brito  Total | 6.053  2.141  8.194 | 1.635  590  2.225 | 7.688  2.731  10.419 | 1.163  512  1.675 |
| São Miguel | Villa  São João Baptista das Tijucas Grandes  Total | 4.346  1.489  5.835 | 1.100  264  1.364 | 5.446  1.753  7.199 | 833  282  1.115 |
| Total da Província de Santa Catharina | | 53.707 | 12.511 | 66.218 | 11.222 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Falla (1841), Documento nº 15, em página não numerada

Todavia, três decênios mais tarde, no recenseamento populacional de 1872 (o primeiro realizado no Brasil), essa geografia havia se alterado (BRASIL, 1872). O contingente de escravos da Província como um todo crescera para quase 15 mil (um incremento perto de 20%), mas a participação agregada dos então chamados municípios de Desterro (englobando toda a Ilha de Santa Catarina), São Miguel e São José mal atingia 42% da totalidade catarinense. Quer dizer, a situação captada expunha um considerável recuo na representatividade da capital e do seu entorno próximo: a expansão da presença de cativos ocorrera principalmente em outros locais de Santa Catarina, como em Lages e Laguna.

Em 1840, a região da capital (Ilha e entorno próximo) preponderava amplamente na Província também no tocante ao total da população (indivíduos livres e escravos), pois essa área concentrava mais da metade dos habitantes e dos contabilizados domicílios (“fogos” na Tabela 1). Assinale-se igualmente que o município de Laguna (a vila mais três distritos), com 12,6 mil habitantes, era pouco menos populoso do que a capital, e que o município de São Francisco (a vila mais um distrito) registrava 7,2 mil, o mesmo patamar de São Miguel. Somados aos da área da capital, esses números atingiam 86% da população da Província. No recenseamento de 1872, os municípios de Desterro, São Miguel e São José respondiam por somente 37% da população catarinense, embora esta tivesse passado de 66,2 mil para 159,8 mil.

As condições de trabalho e vida dos escravos na Província foram descritas por diversos viajantes que passaram pela Ilha de Santa Catarina entre os séculos XVIII e XIX. Cenas aviltantes do senso comum com respeito à condição humana aparecem nessas narrativas, que fazem inclusive referência à presença de patíbulo público no largo da Igreja Matriz para punir escravos. A literatura acadêmica sobre Desterro oferece abordagens sobre o assunto, como se observa em Cardoso (1960b), que sublinha a forte discriminação e o preconceito de que eram objeto os escravos e, de uma maneira geral, as pessoas de cor negra alforriadas ou descendentes (livres) de cativos.

Vale assinalar que a duradoura presença escrava representou permanência inspiradora para um dos maiores poetas do Brasil, expoente do simbolismo, filho de escravos alforriados: João da Cruz e Sousa, nascido em Desterro em 1861 e falecido em localidade de Minas Gerais, em 1898, com apenas 36 anos. Em vida marcada por grandes percalços e mesmo tragédias, como informou S. Thiago (1957), sem que estivesse ausente o sofrimento infligido pelo preconceito e a discriminação, Cruz e Sousa escreveu – em data não registrada – estes versos no soneto *Da senzala...*:

De dentro da senzala escura e lamacenta / Aonde o infeliz / De lágrimas em fel, de ódio se alimenta / Tornando meretriz / A alma que ele tinha, ovante, imaculada / Alegre e sem rancor, / Porém que foi aos poucos sendo transformada / Aos vivos do estertor... / De dentro da senzala / Aonde o crime é rei, e a dor — crânios abala / Em ímpeto ferino; / Não pode sair, não, / Um homem de trabalho, um senso, uma razão... / e sim um assassino! (CRUZ E SOUSA, 2008a, p. 67).

E com estes três versos o poeta terminou o soneto intitulado *Escravocratas*: “Eu quero em rude verso altivo adamastórico, / Vermelho, colossal, d’estrépito, gongórico, / Castrar-vos como um touro – ouvindo-vos urrar!” (CRUZ E SOUSA, 2008b, p. 67). Mostram-se incontornáveis, em ambos os poemas, sentimentos como extrema amargura e indignação em face das condições de vida e trabalho dos cativos. Os versos pungentes evocam, não há como duvidar, as agruras repetidamente aludidas pelos que puderam observá-las, como os referidos visitantes estrangeiros que passaram pela Ilha de Santa Catarina ao longo de décadas.

**6 AUMENTO E COMPLEXIFICAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO**

No período logo após a Independência, a ocupação permanecia rarefeita na região da capital, envolvendo somente alguns poucos locais. A cidade de Desterro (a vila de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à condição de cidade logo depois da Independência, com o nome encurtado) praticamente se restringia ao entorno da Igreja Matriz e a prolongamentos nos sentidos sudeste, norte e noroeste, principalmente sob a orientação da linha costeira.

Algumas vias, projetando-se, cortavam a península onde estava Desterro, inclusive com penetrações que originalmente serviam para conectar a área central às fortificações e casas da orla norte (DIAS, 1947). O estado das ruas era bastante precário: em livro publicado pela primeira vez em 1854, Coelho (1877, p. 99) registrou que “As ruas da Cidade, em geral, são rectas, mas sem nivelamento algum: poucas são calçadas e destas algumas muito mal.” Brito (1829, p. 3) já apontara “[...] ruas soffríveis, bem que só huma seja calçada [...]”.

6.1 MELHORIAS URBANAS SOB FORTE RESTRIÇÃO DE RECURSOS

Com o tempo, sucederam-se melhorias e ampliações, às vezes com importantes reflexos na paisagem de Desterro. Mas as intervenções eram geralmente restringidas pela falta de recursos provinciais, segundo os depoimentos dos presidentes em relatórios ou discursos endereçados à Assembleia Legislativa (disponíveis em Provincial..., 2021).

Assim, habitualmente, as ações envolviam apenas reparos em igrejas e hospitais (de Caridade, de Caldas do Cubatão) e construções ou consertos dizendo respeito a pontes, ruas, caminhos, aterros, cais e trapiches, por exemplo, na Ilha e no continente próximo. Reparações em prédios públicos são mencionadas (em regra incluindo o uso de verbas ministeriais); nos anos 1840 destacaram-se a construção de rampa no antigo mercado da cidade, para embarcações com peixes e produtos agrícolas de diferentes locais (mercado contíguo à praça da Matriz, junto à praia), e a transferência do Cemitério Público para promontório sobre o Forte de Sant’Anna.

Obras financiadas pelo governo central não costumavam enfrentar problemas e avançavam mais rapidamente. Sobressaíam as referentes ao Quartel do Campo do Manejo (entre o centro da cidade e o Hospital de Caridade, onde se construiu o atual Instituto Estadual de Educação no começo dos anos 1960), repetidamente reparado e melhorado ao longo das décadas. Cabe dizer o mesmo sobre as obras da Alfândega e da Capitania dos Portos (esta edificada sobre o antigo Forte de Santa Bárbara) e sobre as do Hospital Militar da Boa Vista (próximo ao Hospital de Caridade), todas na década de 1870.

Esses anos também viram o início das atividades do Theatro Santa Izabel (mais tarde chamado de Álvaro de Carvalho). Ao lado do Atheneu Provincial, esse equipamento representaria expressivo acréscimo na esfera cultural da Província, que já contava com os serviços da Biblioteca Pública.

Os anos 1880 presenciaram importantes intervenções urbanas. Ilustração maior foi o aterro da praia do Menino Deus, ao sul do centro de Desterro, alcançando a Capitania dos Portos e se prolongando em cais que se conectava à borda do largo da Matriz junto à praia. Outro aterro desdobrou-se para o norte, após a Alfândega até a praia da Figueira, criando área onde mais tarde se construiria o novo mercado (em 1899).

As ações incluíam canalização de córregos – entre eles o da Fonte Grande (demarcador do trajeto da atual Avenida Hercílio Luz), que desaguava na antiga Ponte do Vinagre – e igualmente calçamentos, retificações de ruas e elevações. Também se (re)construiu o Matadouro, no Estreito, e se encanou água em Sambaqui (costa centro-oeste da Ilha) para favorecer o abastecimento de embarcações.

Medidas de saneamento viram a luz, e não sem razão. Permanecia problemático o abastecimento de água potável, cuja má qualidade justificara a construção de chafarizes no início dos anos 1870, seguida de contratação de serviço para aprimorar a oferta. Em 1880 programou-se o encanamento, mas em 1887 ainda se dizia serem necessários estudos e providências a respeito, pois a população recorria a poços, origem de verminoses e moléstias gastrointestinais.

Lentidão e frustrações marcaram o trato com a iluminação pública em Desterro, as ruas da qual tinham ficado às escuras até 1837 (CABRAL, 1971). Os primeiros (poucos) lampiões utilizavam óleo de peixe, e o processo de ampliação e aprimoramento do serviço arrastou-se por décadas, invariavelmente sob fortes restrições financeiras: a falta de recursos era continuamente indicada como razão das dificuldades para aumentar o número de lampiões (sempre considerados insuficientes) e substituir o combustível. De todo modo, do óleo de peixe, cujo preço cresceu, passou-se ao gás em meados dos anos 1850, embora fosse menor a sua capacidade de iluminação. Houve suspensão do respectivo contrato por falta de verbas públicas, e, na década de 1870, passou-se à iluminação a querosene, ao que se seguiu, em 1880, o retorno ao gás, cujo contrato foi logo depois rescindido por conta do preço, forçando a volta ao querosene.

Não era raro o descumprimento contratual pelos “arrematantes” do serviço. Mesmo assim, em 1886 o governo concedeu por décadas à iniciativa privada o provimento de iluminação em qualquer cidade da Província. O querosene permaneceu em uso, a proposta de luz elétrica (surgida em 1887) não podendo ser então aceita devido à situação das finanças públicas.

6.2 EXIGÊNCIAS E FRUSTRAÇÕES EM COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

A década em cujo final ocorreram a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República registrou também melhorias na ligação entre a Ilha e o continente, através do canal do Estreito. O presidente da Província, em relatório à Assembleia, manifestou satisfação com o serviço prestado, salientando que “A passagem do Estreito é objecto de grande importancia, porque é o laço que liga toda a Provincia à Capital.” (RELATORIO, 1888a, p. 12). Todavia, se justificavam elogios os resultados sobre essa passagem, as vias de comunicação terrestre em escala provincial só provocavam lamentações e críticas.

De fato, ano após ano, as manifestações institucionais evidenciavam as profundas carências dessa comunicação. Atribuíam-se a esse problema, em boa medida, as próprias dificuldades econômicas amargadas pela Província, cuja produção interiorana (nas colônias criadas por imigrantes europeus, sobretudo) enfrentava grandes percalços no escoamento. Também a concentração da população no litoral, representativa de menor aproveitamento das potencialidades do território, era relacionada a essa questão nos pronunciamentos governamentais.

Assim, em 1854, por exemplo, dizia-se acreditar que as colônias engendrariam, “[...] com o aumento da industria agricola, fabril, e de mineração, o desenvolvimento do commercio, socorrido este e aquellas pelos melhoramentos das actuaes vias de comunicação, e pela abertura de novas.” (RELATORIO..., 1854, p. 27). Quase trinta anos depois, a Falla (1881, p. 29) presidencial denunciava: “Além da importante estrada de Dona Francisca, e dos caminhos vicinaes das colonias, a provincia não tem estradas, nem pontes, e a conducção dos seus productos opera-se lentamente, atravez de innumeros obstáculos.” Daí a sempre indicada urgência de estudos e obras, para o que se justificaria até contrair dívidas, já que se tratava de abrir na província “[...] novas e copiosas fontes de receita.” (FALLA, 1874, p. 56).

Desse modo, na Ilha e em seus arredores continentais, os assentamentos (sedes de freguesias, localidades) formaram por muito tempo uma espécie de arquipélago de lugares, pelas grandes dificuldades para comunicações terrestres. Isso não quer dizer que inexistiram melhoramentos nesse plano, constituindo exemplos os reflexos da passagem de D. Pedro II e sua esposa por Santa Catarina em outubro de 1845, durante viagem para o Rio Grande do Sul. O anúncio dessa visita precipitou melhorias no acesso à estrutura para tratamento de saúde instalada em Caldas do Cubatão, localidade do atual município de Caldas da Imperatriz – cujas obras haviam sido iniciadas em 1817, por conta da reconhecida qualidade das suas águas termais (PAIVA, 1873) –, que seria visitada por D. Pedro; o anúncio também provocou reparos em estradas ou caminhos da Ilha por onde o monarca transitaria. Assinale-se que essa visita frutificou em doação financeira ao Hospital de Caridade e no lançamento da 1ª pedra fundamental do novo hospital nessa área, em 23 de outubro de 1845 (COELHO, 1877).

A estrada entre a área da capital e Lages, de importância longa e incessantemente celebrada, como assinalado anteriormente, canalizava o grosso das manifestações em torno da precariedade das comunicações em escala provincial. A insistência sobre o seu caráter estratégico só não superou os registros e as críticas a respeito do seu estado, muito precário e sempre exigente de consertos e melhorias diversas.

Anos com alguns avanços em obras, limpezas, desmatamentos ou retificações, não raramente com recursos ministeriais devido à penúria financeira da Província, alternavam-se com outros cheios de denúncias sobre o estado de ruína – mesmo em trechos mais próximos ao litoral (como entre São José, de um lado, e, de outro, Theresópolis, em local hoje pertencente ao município de Águas Mornas, e Santa Izabel, em área situada entre aquele município e o de Rancho Queimado) – e sobre o *modus operandi* com respeito à estrada em administrações anteriores. Pedidos de novos estudos e orçamentos pontilharam décadas, e comissões de superintendência foram criadas, sem que a persistente falta de recursos deixasse de interromper os trabalhos que, mesmo insuficientes, podiam ser executados.

É sugestivo sobre o duradouro e inquietante quadro, que em meados dos anos 1880 ainda se colocasse o problema nestes termos, em pronunciamento de uma autoridade provincial:

[...] a estrada de S. José a Lages acha-se quase no estado primitivo da natureza, pois o caminho existente é péssimo, e o novo traçado, com cujos estudos despenderam-se 58:000$000 rs., além de exigir a somma fabulosa de 2.000:000$000 a 3.000:000$000 rs., para a realização da obra, consta-me não ser trabalho digno de fé. (EXPOSIÇÃO..., 1885, p. 86).

A situação era tão desafiadora e grave, que o então presidente da Província (Augusto Fausto de Souza, um engenheiro militar) decidiu fazer em 1888 (saindo da Capital em 10 de julho) o percurso litoral-Lages para constatar os problemas pessoalmente. A viagem, de vários dias entre a ida e a volta, é descrita detalhadamente em Relatorio (1988b). No ano seguinte, defendeu-se a ideia de atrair interesses privados para trabalhos em trechos dessa estrada, e também a de emitir apólices provinciais objetivando levantar recursos (RELATORIO, 1889).

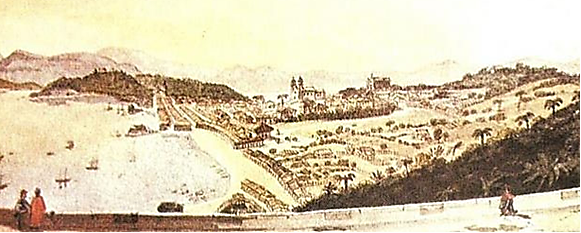
**7 “ACELERAÇÃO DO TEMPO” EM DESTERRO**

Assinalou-se na primeira parte do artigo que no período da Independência a paisagem de Desterro e seus arredores quase não se diferenciava do que fora muitas décadas antes. Desconsiderando-se o centro da capital, perdurava um forte caráter disperso e rarefeito dos sítios ocupados, assim como uma vida desenrolada basicamente à beira mar, seja na Ilha ou no continente, mesmo que chácaras nas vizinhanças da cidade de Desterro fossem observadas por Saint-Hilaire (1936) já em 1820. Como desde os primórdios, no início do século XIX ainda se tratava-se de uma relativamente escassa presença de homens e atividades na capital da Província e em suas adjacências.

Gravura de 1827, de autoria de Jean-Baptiste Debret, permite observar como se apresentava Desterro naquele período. Aparecem com nitidez o porto, com embarcações, a Igreja Matriz – origem da atual Catedral Metropolitana, cujas obras começaram em 1748 – e edificações na linha da praia ou próximas desta. Estar distante da orla poucas centenas de metros, e muito menos do que isso em alguns locais, significava praticamente submergir em atmosfera campestre. Fora do alcance de um modesto raio iniciado no largo da Matriz, o relevo já se mostrava íngreme, e a vegetação, relativamente densa, insinuando dificuldades para acesso ou utilização (Figura 2).

À medida que o século XIX transcorreu, a paisagem local progressivamente se modificou. No seu penúltimo romance, Machado de Assis (1997, p. 46-47) assinalou de forma inspirada que “[...] o tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo [..., mas igualmente] se pode bordar nada.” Em Desterro, não é equivocado dizer, bordou-se consideravelmente, em especial na segunda metade daquele século, como sugerem as referências feitas anteriormente às intervenções urbanas protagonizadas.

Figura 2: Vista da Vila de Desterro a partir do hospital, 1827

****

Fonte: Debret (1954)

O mapa e a vista mostrados na Figura 3, relativos ao ano de 1868, sugerem os processos que marcaram a paisagem de Desterro. No mapa veem-se, além de vias de penetração interligando as orlas norte e sul da península, também vias circundantes, inclusive na face interior, a leste do núcleo urbano, e igualmente um adensamento do espaço ocupado por edificações que ultrapassa as proximidades da franja litorânea. A vista estampa uma massa construída que, adensada e estendida, se sobressai e faz imaginar (até mesmo pela quantidade de embarcações na baía sul) alguma vitalidade econômica e maior pulsação da vida cotidiana, embora alusões aos problemas da economia marcassem repetidamente as manifestações das autoridades locais, como se observa em Provincial... (2022).

Figura 3: Cidade de Desterro em 1868

|  |  |
| --- | --- |
| A – Mapa da cidade | B – Vista da cidade (J. Bruggemann) |
| Fonte: Almeida (1868), recortado do mapa XIX | Fonte: Corrêa (2004), p. 200-201 |

Pouco depois da Proclamação da República, ocorrida dezoito meses após a Abolição da Escravidão, o centro de Desterro apresentava feições como as captadas (parcialmente) em foto de 1894 (Figura 4). Um ambiente construído mais adensado e o registro de novas intervenções urbanas, sobretudo envolvendo criação adicional de espaço mediante aterramento de trecho de praia, destacam-se na imagem. O que se vê há de ser considerado em conexão com iniciativas de melhorias na capital da Província realizadas desde anos antes, nos últimos movimentos do período provincial, mas o fato de que se teria direcionado ao estado, a partir de 1º de janeiro de 1892, a cobrança de vários impostos que até então eram prerrogativa do governo central há de ter estimulado um protagonismo administrativo com reflexos nessa paisagem (MENSAGEM... 1892). Com efeito, tornada estado federativo, com governo provisório desde 15 de novembro de 1989, Santa Catarina registrava reformas administrativas praticamente desde então.

Figura 4: Vista do centro do Desterro em 1894



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Certamente não se tratou, nesse transcorrer de décadas, de rupturas no sentido utilizado por Sennet (2018), mas muito mais de acréscimos – às vezes lentos, outras vezes ágeis – ao que caracterizava e estribava a vida local. De todo modo, tem sentido dizer que, aos olhos dos cidadãos atentos, Desterro mudava, até devido às crescentes possibilidades em aprimoramento educacional e em expressão e consumo cultural (como pelo teatro, sobretudo). Em conferência europeia no início do século XIX, Simmel (2005) aludiu à “intensificação da vida nervosa” referindo-se à percepção das pessoas sobre o dia a dia nas grandes cidades. Na pequena Desterro, processos como melhorias nas infraestruturas e expansão populacional – com reflexos em escala de Província por conta das migrações oriundas da Europa e da criação de colônias – hão de ter afetado a percepção das pessoas a respeito do seu próprio cotidiano.

É como se o tempo se acelerasse em Santa Catarina, particularmente na sua capital, e com tradução não somente na paisagem urbana ou regional. Para Elias (1998, p. 59), “A noção de ‘tempo’ remete a alguns aspectos do fluxo contínuo de acontecimentos em meio aos quais os homens vivem, e dos quais eles mesmos fazem parte. [...] Se tudo ficasse imóvel, não poderíamos falar de tempo.” Ora, não houve imobilidade em Santa Catarina especialmente na segunda metade do século XIX – um período curto engastado em longa progressão, de várias décadas ou mesmo multissecular, em que o tempo escoou “lentamente”, as permanências sobrepondo-se amplamente às alterações, para evocar ideia cara a Braudel (1992).

Falar em “aceleração do tempo” significa referir à maior velocidade no ritmo das mudanças ou, como propõe Arrighi (1996) na sua abordagem sobre “ciclos sistêmicos de acumulação”, do ritmo da própria história. A ideia é que, “[...] em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos [...]” (BRAUDEL, 1992, p. 73), mais transformações se concentram temporalmente ou, o que significa o mesmo, cresce a frequência das mudanças. Esta pode se revelar cumulativa, realimentando-se devido, por exemplo, às maiores e mais intensas conexões extralocais ligadas aos aprimoramentos nos transportes e comunicações, eles próprios expressões de mudanças: interações mais vigorosas permitem multiplicar e ampliar contatos, repercutindo em mais mudanças. A ideia de “compressão do tempo-espaço”, esgrimida por Harvey (1993), ajuda a pensar a respeito.

Pensando nesses termos, há de se admitir que Desterro (e a Província) registrou movimentos aptos a acelerar mudanças. As comunicações com o resto do Brasil se desenvolveram, pois a expansão do telégrafo no país a partir de 1865, no marco da Guerra do Paraguai, implicou o litoral catarinense (São Francisco do Sul, Itajaí, Desterro e Laguna), uma situação fortalecida com cabos submarinos na década seguinte (SILVA, 2011). Dessas estações telegráficas, redes foram instaladas rumo a núcleos coloniais da Província, segundo Goularti Filho (2018). Mencionem-se também as reflexos da busca pelo Brasil de presença em exposições universais, eventos realizados desde meados do século XIX em cidades europeias e estadunidenses para celebrar a modernidade em ciência e tecnologia, produção industrial, arquitetura e artes (PESAVENTO, 1997). As províncias eram instadas a selecionar produtos para a mostra do país, e Santa Catarina foi várias vezes demandada, segundo discursos do seu presidente entre os anos 1860 e 1890 (disponíveis em Provincial..., 2021). Esse envolvimento certamente cevou a familiaridade local com processos nas escalas nacional e, principalmente, internacional, arejando práticas e condutas.

Tampouco se ficou refratário em Santa Catarina, como percebido em Cabral (1968), aos ares de modernização incrustados no movimento abolicionista que crescia no centro do Brasil e se espraiava no país. Mostrava fôlego, de fato, a disseminação do sentimento e das iniciativas em prol do fim da escravidão, apesar das fortes pressões dos escravagistas, muitos dos quais bradavam serem espoliativas as ações governamentais com vistas à libertação, como destacado por Machado de Assis (1998) em fala de um personagem do seu último romance. Desterro abrigou, denotando sintonia aos ventos de mudança, um irrecusável envolvimento na referida causa, e também isso significou, de algum modo, mudança ou “aceleração do tempo”.

Os vertiginosos eventos surgidos na esteira da Proclamação da República inscrevem-se no feixe de transformações. Já nos primeiros anos o novo regime amargou dois grandes conflitos de ressonância nacional, ambos na gestão de Floriano Peixoto, o segundo presidente da história, empossado em novembro de 1891 após renúncia de Deodoro da Fonseca: a Revolução Federalista, deflagrada no Rio Grande do Sul em 1893 (desdobrando-se até 1895), e a Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro entre setembro de 1893 e março de 1894. O alvo era o governo instalado no Rio de Janeiro (PESAVENTO, 1983).

Santa Catarina foi engolfada nesses tensos passos republicanos iniciais, como abordado em Corrêa (1984; 2004), referência básica para o que segue. Houve indicação de governador pela administração central em novembro de 1889, com renúncia em dezembro de 1891 (devido à ferrenha oposição) e tentativa (frustrada) de restabelecimento da gestão. Em 1892 outro governante foi enviado do Rio de Janeiro, mas sua adesão aos revoltosos federalistas motivou denúncia e ordem de prisão. O vice-governador, sintonizado com o titular na oposição ao governo central, foi retirado da função por catarinenses em julho de 1893 (após tiroteio e mortes), instalando-se um governo provisório que, não logrando reconhecimento por Floriano Peixoto, apesar da sintonia política, foi desconstituído.

Nesse turbilhão, implantou-se em Desterro um Governo Revolucionário da República (GRR), em 30 de setembro de 1893. Compuseram tal governo representantes da Armada revolucionária, que haviam se dirigido a Santa Catarina devido às adversidades enfrentadas no Rio de Janeiro, e federalistas locais e da região sul do país. Desterro sobressaiu nesses termos porque Santa Catarina teria sido o único estado federativo a fazer efetiva oposição a Floriano Peixoto nesse período, seus próprios quadros institucionais e governamentais exibindo então numerosos federalistas. Problemas internos dos quais não estavam ausentes rivalidades dificultaram sobremaneira as atividades do referido GRR, mas foi o envio de robusta frota pelo governo central que sepultou a experiência catarinense. Em abril de 1894, o comandante da frota desembarcou (após escaramuças) e declarou nulos todos os atos do dito governo revolucionário, incluindo a Constituição Estadual que havia sido aprovada naquelas circunst|âncias, além de dissolver a Assembleia Legislativa e os órgãos judiciários.

Antes que findasse o mês de abril, chegou em Desterro o Coronel Moreira César, enviado por Floriano Peixoto para, como novo governador, equacionar definitivamente os problemas. Esse personagem, depois das tarefas em Santa Catarina, foi enviado ao interior da Bahia para atuar na Guerra de Canudos (travada pelo governo brasileiro entre novembro de 1896 e outubro de 1897 contra sertanejos liderados por um pregador), onde morreu em combate (em março de 1897). Euclides da Cunha assim o descreveu em obra clássica sobre Canudos: “[...] era um desequilibrado. Em sua alma a extrema dedicação esvaía-se no extremo ódio, a calma soberana em desabrimentos repentinos e a bravura cavalheiresca na barbaridade revoltante.” (CUNHA, 2001, p. 249).

Essa índole tenebrosa não poupou Santa Catarina. No governo de Moreira César havia militares não catarinenses que nada sabiam do estado e sequer conheciam os nomes dos políticos federalistas locais. Republicanos nativos, movidos por espírito de vingança ou busca de ajuste de contas, passaram a denunciar esses opositores a Floriano Peixoto, permitindo à polícia de Moreira César persegui-los e prendê-los. Durante o ano de 1894 – esse governo se prolongou até o final de setembro – numerosas execuções sumárias foram perpetradas na Ilha de Anhatomirim, sem qualquer julgamento, como assinalou Boiteux (1920); os cadáveres insepultos teriam sido atirados ao mar. Os números são incertos, tendo Cabral (1968, p. 258) mencionado “[...] 185 prisioneiros, que dela [fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim] não mais saíram”. Corrêa (2004) considera muito exagerada essa contabilidade, mas não manifesta qualquer dúvida sobre a informação de que muitos (talvez quatro dezenas) civis e militares, inclusive estrangeiros, foram fuzilados naquelas condições.

**8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde a Independência até o fim do século XIX, o tempo se “acelerou” cada vez mais em Desterro e em Santa Catarina, principalmente a partir da década de 1850. Uma vila-capital tornada cidade nos anos 1820 foi adquirindo feições efetivamente citadinas, o cotidiano sendo marcado por mudanças que, se não eram rápidas nem de grande impacto, modelavam o espaço no sentido da expansão e do aumento da complexidade em várias funções. Movimentos de colonização acrescentavam à geografia provincial dinamismos sociais e produtivos que, a despeito das limitações infraestruturais, pareciam anunciar novos tempos em território que amargava inquietantes carências, apesar das reconhecidas potencialidades.

Maior velocidade foi também imprimida na, por assim dizer, temporalidade da política, com incontornáveis repercussões. A capital catarinense, e mesmo o (desde 1889) estado como um todo, foi profundamente marcada pelos acontecimentos da década de 1890, com as perseguições políticas e execuções sumárias. Não erra quem assinala, postula-se aqui, que Desterro nunca mais foi a mesma, vincando duravelmente – é difícil recusar – a atmosfera local os ressentimentos e crispações elevados à máxima potência por conta das denúncias contra cidadãos catarinenses de prestígio, com o dramático desfecho.

Desterro não foi mais a mesma inclusive na denominação da capital do estado. O republicano Hercílio Luz, eleito e empossado governador em setembro de 1894, logo assinou lei (Lei n. 111, de 01 de outubro de 1894) substituindo o nome da cidade por Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (“cidade de Floriano” é o que significa). Não é difícil imaginar, tendo em vista o nervo exposto – em virtude dos acontecimentos testemunhados –, o quanto essa decisão foi considerada controversa em diferentes meios locais, para não dizer ofensiva à memória dos que padeceram – e aos respectivos familiares – sob a polícia de Moreira César.

O tempo só faria se “acelerar” cada vez mais em Santa Catarina e na sua capital, adentrando-se o século XX e sucedendo-se as décadas. Mudanças em diferentes direções e aspectos da vida estadual foram, com efeito, tendo lugar cumulativamente e com maior rapidez. Entretanto nunca mudou, permanecendo impávido até a atualidade, no século XXI, o resultado da homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, levada a cabo, aparentemente, a despeito do que a sociedade pudesse pensar e dizer, nos estertores de um dos capítulos mais dramáticos da história catarinense.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, C. M. de. **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. Disponível em: <https://vdocument.in/atlas-do-imperio-do-brasil.html> Acesso em: 19 out. 2021.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto ; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BOITEUX, L. A. A pesca da baleia. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, v. 3, p. 3-12, 1914.

BOITEUX, L. A. **Pequena história catharinense**. Florianópolis: Officinas a Electricidade da “Imprensa Official”, 1920.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. In: **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.

BRITO, P. J. M. de. **Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1968.

CABRAL, O. R. **Nossa Senhora do Desterro – Notícia I.** Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

CABRAL, O. R. A Independência e a Capitania de Santa Catarina. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, v. 11, n. 23, p. 13-23, 2011.

CARDOSO, F. H. O negro e o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960a, p. 3-120.

CARDOSO, F. H. Economia e estrutura social: aspectos do desenvolvimento da situação de contato. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960b, p. 121-152.

COELHO, M. J. d’A. **Memoria historica da Provincia de Santa Catharina**. 2.ed. Desterro: Typ. De J. J. Lopes, 1877. [1854].

CORRÊA, C. H. P. O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina, 1893-1894. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 10, n. 2, p. 55-67, 1984.

CORRÊA, C. H. P. **História de Florianópolis – Ilustrada**. Florianópolis: Insular, 2004.

CRUZ E SOUSA, J. da. Da senzala... In: **Obra completa**: poesia. Organização de Lauro Junkes. v. 1. Jaraguá do Sul: Avenida, 2008a, p. 68.

CRUZ E SOUSA, J. da. Escravocratas. In: **Obra completa**: poesia. Organização de Lauro Junkes. v. 1. Jaraguá do Sul: Avenida, 2008b, p. 67.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2001. [Ed. crítica de W. N. Galvão]. [1902]

DEBRET, J-B. **Vista da vila de Desterro a partir do hospital, 1827**. Paris: R. de Castro Maya, 1954, prancha 70. Obtido em: <http://www.dezenovevinte.net/bios/bio_jbd_arquivos/jbd_1827_desterro.jpg> Acesso em: 27 dez. 2021.

DIAS, W. Florianópolis, ensaio de geografia urbana. **DEGC Boletim Geográfico**, n. 2, p. 1-73, 1947.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELLIS, M. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial (III). **Revista de História**, v. 16, n. 34, p. 379-424, 1958.

ELLIS, M. Norte-americanos no Atlântico brasileiro – um inédito de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre o conceito de mar territorial e o direito de pesca. **Revista de História**, v. 46, n. 94, p. 339-367, 1972.

GOULARTI FILHO, A. Formação do sistema de comunicações em Santa Catarina: telefonia (1876-1927). **Passagens**, v. 10, n. 2, p. 274-300, 2018.

GOULARTI FILHO, A. A construção da Estrada do Litoral: definindo e deslocando os caminhos do sul de Santa Catarina. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 145-167, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

ILHA de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Globo, 1997. [1904].

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Memorial de Aires**. Porto Alegre: L&PM, 1998. [1908].

NOVAIS, F A. (1966). A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII. **Revista de História**, n. 142-143, p. 213-237, 2000.

PAIVA, A. J. G. d’O e. **Noticia geral da Provincia de Santa Catharina.** Desterro: Typ. Da Regeneração, 1873.

PESAVENTO, S. J. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PESAVENTO, S. J. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à Provincia de Santa Catharina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. [1851].

SENNET, R. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.

S. THIAGO, A. **História da literatura catarinense**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1957.

S. THIAGO, R. **Fourier:** utopia e esperança na Península do Saí. Blumenau: Ed. da FURB; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

SILVA, J. N. de S. e. **Investigações sôbre os recenseamentos da população geral do Império**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1951. (Documentos Censitários Série B – Número 1).

SILVA, M. C. da. A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 4, n. 1, p. 49-65, 2011.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

**FONTES**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei de 7 de Novembro de 1831**. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20importadores%20dos%20mesmos%20escravos.&text=1%C2%BA%20Os%20escravos%20matriculados%20no,no%20servi%C3%A7o%20das%20mesmas%20embarca%C3%A7%C3%B5es> Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1872. Disponível em: <http://archive.org/details/recenseamento1872bras/page/n103/mode/1up?view=theater> Acesso em: 14 jan. 2022.

DISCURSO pronunciado na abertura da Assemblea Legislativa da Provincia de Santa Catharina na 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838 pelo respectivo Presidente o Brigadeiro João Carlos Pardal, Cidade do Desterro em o 1º de março de 1838. Desterro: Typographia Provincial, 1838 Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-439%2C-147%2C2933%2C2069> Acesso em: 21 out. 2021.

DISCURSO pronunciado pelo presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares d’Andrea, na sessão ordinária do anno de 1840 aberta no primeiro dia do mez de março. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=225%2C-402%2C2549%2C1798> Acesso em: 21 out. 2019.

EXPOSIÇÃO com que ao Exm. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento, 3º Vice-Presidente, passou a administração da província o Exmo. Sr. Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos, em 30 de Junho de 1882. Desterro: Gabinete-typographico, 1885. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=78&s=0&cv=1&r=0&xywh=180%2C1538%2C898%2C1351> Acesso em: 22 dez. 2021.

FALLA do Presidente da Província de Santa Catarina em 1º de março de 1835. Feliciano Nunes Pires. Desterro: Typographia Provincial, 1835. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=269%2C258%2C1404%2C1326> Obtido em: 15 de abril de 2021.

FALLA do ilustríssimo e excelentíssimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da Província de Santa Catarina na abertura da terceira sessão da primeira legislatura provincial no primeiro de março de 1837, décimo sexto da independência e do império. Cidade do Desterro, Typographia Provincial, 1837. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-446%2C-1330%2C2951%2C4438> Obtido em: 15 de abril de 2021.

FALLA que o Presidente da Província de Santa Catarina, o Brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária no 1º de Março de 1841. Desterro: Typographia Provincial, 1841. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=7&s=0&cv=1&r=0&xywh=120%2C1867%2C1680%2C1586> Acesso em: 17 abr. 2021.

FALLA que o presidente da província de Santa Catharina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigio à Assembléa Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária, e o 1º de março de 1844. Desterro: Typographia Provincial, 1844. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=-917%2C392%2C3655%2C2578> Acesso em: 21 out. 2021.

FALLA dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de Março de 1874 pelo Exmo. Sr. Presidente da Provincia Dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro: Tyo. de J. J. Lopes, 1874. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=62&s=0&cv=1&r=0&xywh=127%2C1629%2C983%2C1478> Acesso em: 22 dez. 2021.

FALLA com que o Exmo. Sñr. Doutor João Rodrigues Chaves abriu a segunda Sessão da vigésima segunda Legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 2 de Fevereiro de 1881. Cidade do Desterro: Typ. e Lith de Alex Margarida, 1881. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=75&s=0&cv=1&r=0&xywh=357%2C1275%2C986%2C1483> Acesso em: 22 dez. 2021.

MENSAGEM do Coronel Gustavo Richard, Vice-Governador do Estado de Santa Catharina, na abertura do primeiro Congresso Legislativo a 29 de Setembro de 1891. Desterro: Typ. do Jornal do Commercio, 1892. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=95&s=0&cv=9&r=0&xywh=8%2C1138%2C2357%2C1662> Acesso em: 14 fev. 2022.

PROVINCIAL Presidential Reports: Santa Catarina. Center for Research Libraries, Global Resources Network. Chicago: The University of Chicago. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/189#](http://ddsnext.crl.edu/titles/189) Acesso em: 22 dez. 2021.

RELATORIO do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Jose Mariano de Albuquerque Cavalcante, na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836. Cidade do Desterro: Typographia Provincial, 1836. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=1&s=0&cv=11&r=0&xywh=71%2C59%2C1716%2C1211> Acesso em: 21 out. 2021.

RELATORIO do presidente da Provincia de Santa Catharina, João José Coutinho, em 19 de abril de 1854. Cidade do Desterro: Typ. Catharinense, 1854. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=23&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1%2C-85%2C1680%2C2526> Acesso em: 29 nov. 2021.

RELATORIO com que ao Exmo. Sr. Coronel Augusto Fausto de Souza, Presidente da Provincia de Santa Catharina, passou a administração da mesma provincia o Dr. Francisco José da Rocha em 20 de maio de 1888. Desterro: Typographia do Conservador, 1988a. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=91&s=0&cv=1&r=0&xywh=-290%2C1117%2C2240%2C1580> Acesso em: 22 dez. 2021.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Augusto Fausto de Souza abrio a 1ª Sessão da 27ª Legislatura da Assembléa Provincial em 1º de Setembro de 1888. Desterro: Typ. do Conservador, 1888b. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=-69%2C229%2C1769%2C2661> Acesso em: 22 dez. 2021.

RELATORIO com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Provincia de Santa Catharina o Doutor Coronel Augusto Fausto de Souza, em 18 de Fevereiro de 1889, e Officio com que ao Exm. Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros passou a administração da mesma Provincia o Dr. José Ferreira de Mello, em 6 de Março de 1889. Desterro: Typographia do Conservador, 1889. Disponivel em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=92&s=0&cv=1&r=0&xywh=-83%2C-1%2C1749%2C2632> Acesso em: 22 dez. 2021.